

Águas passadas

LIÇÕES DA CRISE ENERGÉTICA PARA A GESTÃO DO RACIONAMENTO

*Rogério L. Furquim Werneck**

Só quando baixar a poeira – ou subirem as águas – será possível extrair da crise energética todas as lições que dela podem ser tiradas. Mas, muito antes de contar com a nitidez de visão que só o tempo trará, é natural que, tomado de perplexidade, o País esteja se perguntando como pôde a crise assumir de repente tais proporções. Na resposta a esta indagação, é preciso evitar explicações triviais. Tivesse havido mais investimento no setor elétrico e fosse agora maior a capacidade instalada e mais farta a oferta de energia disponível, talvez não houvesse hoje um quadro de excesso de demanda. Mas isto não chega a ser uma explicação. Não passa de um truísmo. Verdade tão evidente que nem mesmo precisa ser enunciada. O que é fundamental entender não é o simples surgimento do quadro de excesso de demanda. E, sim, o fato de que as medidas necessárias para enfrentá-lo só tenham sido adotadas quando se havia tornado inevitável conter a demanda em pelo menos 20%. Tivessem as medidas sido adotadas meses atrás, a contenção necessária de demanda teria sido muito menor e muito menos traumática. E poderia ter sido facilmente obtida por meio de elevações bem focadas de tarifas de energia.

Independentemente de todos os entraves ao investimento público e privado em geração e transmissão de energia, a verdade é que houve, no passado recente, gestão temerária dos escassos recursos hídricos disponíveis. Simplesmente usou-se muito mais água do que a prudência aconselhava. Em parte porque, no setor elétrico, o quadro de excesso de demanda sempre foi contemplado como uma calamidade. Reconhecer publicamente que a capacidade de oferta do sistema, em bases sustentáveis, tornara-se inferior à demanda, significava aceitar que havia chegado o momento de enfrentar o enorme desgaste da imposição de um racionamento quantitativo, que a visão dominante no setor elétrico sempre considerou ser a única forma viável de lidar com um quadro de excesso de demanda. No caso, a perspectiva da imposição de um racionamento deste tipo afigurava-se especialmente desgastante, uma vez que seria afetada, não uma região periférica, mas o próprio coração econômico, político e demográfico do País. Nestas circunstâncias, parece ter prosperado propensão desmesurada a assumir riscos e a apostar em condições hidrológicas que afinal não se materializaram. E acabou havendo menos transparência do que seria desejável, no que diz respeito a informações, critérios e explicitação dos riscos envolvidos nas fatais decisões intertemporais que determinaram o uso inconseqüente da água disponível.

A experiência encerra lições importantes para o futuro próximo. O País está prestes a iniciar penoso e tardio esforço de ajuste à escassez de energia. É completamente ingênuo supor que o que há pela frente são seis meses de racionamento. O mais provável é que seja pelo menos um ano e meio. Talvez bem mais. E não há porque alimentar ilusões. A crise energética vai afetar drasticamente o desempenho da economia e a qualidade de

vida da população. E está fadada a ter desdobramentos políticos de enorme importância. A gestão do racionamento deverá exigir um processo permanente de acompanhamento, reavaliação, ajuste e aperfeiçoamento das medidas de contenção de demanda. Se a contenção inicial se revelar insuficiente, as medidas terão que ser ainda mais severas. É fundamental que todo este processo seja conduzido com o máximo de transparência. Já não há mais espaço para que o País se dê ao luxo de incorrer em grandes equívocos nesta área. A transparência é a melhor forma de evitá-los. E, se da sociedade vão ser exigidos sacrifícios tão grandes, por período relativamente longo, é preciso no mínimo assegurar que as considerações que deverão pautar a imposição destes sacrifícios sejam absolutamente transparentes.

O governo deve estar consciente de que tem pela frente árdua tarefa de reconstrução de credibilidade. É preciso que haja metas absolutamente claras de redução de demanda de energia, discriminação nítida dos impactos esperados das medidas adotadas e explicitação de diagnósticos, hipóteses e riscos envolvidos. Tudo bem explicitado e devidamente publicado, para que esteja permanentemente submetido ao escrutínio e à crítica de especialistas independentes. E para que seja possível antever, a cada momento, o sentido e a intensidade das correções de rumo que se farão necessárias. Ou seja, é preciso transparência, credibilidade e previsibilidade na gestão do racionamento. Neste aspecto, talvez haja muito a se aprender com a reconstrução de credibilidade por que teve de passar a condução da política macroeconômica, desde a tumultuada desvalorização do início de 1999. A idéia do *Relatório de Inflação*, no qual o Banco Central é obrigado a explicitar publicamente diagnósticos, avaliações e pressupostos que norteiam a condução da política monetária, pode e deve ser aproveitada. Seria mais do que saudável a instituição da publicação de um *Relatório do Racionamento*, contrapondo intenções e resultados, talvez com periodicidade mensal, dada a gravidade da crise.

Não se trata de delírio formalista em meio ao desastre. Basta constatar, por exemplo, que, a esta altura dos acontecimentos, enquanto o governo parece trabalhar com a premissa de que o corte requerido de demanda é de 20%, sobre o consumo de energia observado no ano passado, especialistas experientes e bem conceituados no setor elétrico asseguram que, dada a situação crítica dos reservatórios, o corte que se faz necessário é de fato da ordem de 30%. É difícil que o esforço de racionamento possa contar com a devida credibilidade, enquanto subsistirem divergências tão sérias em torno de algo tão fundamental como a extensão da contenção requerida de demanda de energia. É bem possível que tais divergências advenham apenas de visões distintas acerca do nível de risco que se pode aceitar como tolerável, na gestão do estoque remanescente de água com que hoje se conta, num quadro em que decisões equivocadas podem acabar levando ao colapso da oferta de energia. Mas é fundamental que o governo seja capaz de defender de forma transparente e convincente a avaliação de risco que deu lugar à meta fixada para a contenção de demanda. E que esteja preparado para apresentar reavaliações periódicas dos riscos envolvidos e para justificar clara e detalhadamente as correções de rumo que forem requeridas na condução do racionamento.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.